

DESIGUALDADES RACIAIS E DE SEXO NO CONSUMO DE ULTRAPROCESSADOS DA ADOLESCÊNCIA À VIDA ADULTA: EVIDÊNCIAS DA COORTE DE NASCIMENTOS DE 1993, PELOTAS

MICHELE KRÜGER VAZ MOREIRA¹; FERNANDO CÉSAR WEHRMEISTER²

¹*Universidade Federal de Pelotas – michelekrugernutricao@gmail.com*

² *Universidade Federal de Pelotas – fcwehrmeister@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Os alimentos ultraprocessados (AUP) são formulações industriais, com pouco ou quase nenhum ingrediente inteiro, adicionados de substâncias cosméticas que modificam propriedades organolépticas, resultando em baixo valor nutricional. Esse grupo, que integra o quarto grupo da classificação NOVA, abrange uma variedade de produtos prontos para consumo, como refrigerantes, biscoitos recheados, salgadinhos de pacote e produtos congelados (MONTEIRO et al., 2019).

Nas últimas décadas, o consumo desses alimentos tem crescido de forma acelerada no Brasil, impulsionados pela maior disponibilidade e pelo aumento do acesso econômico, decorrente da redução dos preços desses produtos ao longo do tempo (LOUZADA & GABE, 2025). Evidências acumuladas ressaltam o impacto negativo desses alimentos na saúde, associando o seu consumo a diversas condições incluindo obesidade, síndrome metabólica e depressão, bem como a um maior risco de doenças cardiovasculares e mortalidade (LANE et al., 2021).

Diante da ampliação do acesso aos AUP, torna-se importante investigar os padrões de consumo desses produtos entre grupos populacionais específicos, visto que estimativas agregadas podem mascarar diferenças importantes. Alguns estudos transversais, que investigaram aspectos sociodemográficos, apontam um maior consumo desses produtos entre mulheres adultas; porém, persistem lacunas em relação a outros fatores, como cor da pele (COSTA et al., 2023; LOUZADA et al., 2023). É plausível que existam desigualdades no consumo marcadas por fatores sociodemográficos, visto que diferenças já foram documentadas em outros comportamentos relacionados à alimentação (MEDINA et al., 2019). No entanto, a investigação dessas desigualdades específicas no consumo de AUP ainda é incipiente. Estudos longitudinais representam uma oportunidade para explorar a dinâmica temporal do consumo em diferentes grupos populacionais, contribuindo para ampliar o conhecimento sobre padrões de desigualdades no consumo de AUP e subsidiar políticas públicas mais equitativas.

Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho foi analisar as desigualdades no consumo de AUP da adolescência à vida adulta, com uma perspectiva interseccional entre sexo e cor da pele, utilizando dados da Coorte de Nascimentos de 1993, Pelotas- RS.

2. METODOLOGIA

Foram utilizados dados da Coorte de Nascimentos de Pelotas de 1993, estudo longitudinal iniciado com a investigação perinatal, que incluiu todos os nascidos vivos de mães residentes na zona urbana do município no ano de 1993. A coorte tem sido acompanhada regularmente desde então e, da amostra original de 5.249 crianças, 76,3% foram acompanhadas aos 22 anos de idade. Para este trabalho, foram utilizados dados dos acompanhamentos realizados aos 15 e 22 anos, sendo incluídos indivíduos com informações completas sobre o consumo, sexo e cor da pele em ambas as idades.

O consumo AUP foi mensurado a partir de informações de dois diferentes Questionários de Frequência Alimentar – QFA, sendo um qualitativo e outro semiquantitativo. A identificação dos AUP seguiu a classificação NOVA (MONTEIRO et al., 2019), e um escore de consumo foi subsequentemente construído. Frequências iguais ou maiores a 1 vez por dia foram consideradas respostas positivas para o escore. A escolha arbitrária dessas frequências visou simular o consumo diário. Foram utilizados na análise 16 AUP, comuns nos dois acompanhamentos, concentrados em seis grupos: lanches (cheeseburgers/cachorros-quentes, pizza e maionese); bebidas adoçadas (refrigerantes e sucos artificiais); doces (biscoitos doces, sorvetes, balas, chocolate em pó e em barra); salgadinhos (biscoitos salgados e salgadinhos de pacote); embutidos (salsichas/linguiças e presunto/mortadela/salame); e laticínios (iogurte e queijos processados).

A amostra foi descrita de acordo com a escolaridade materna (0-4, 5-8, 9 ou mais anos de escolaridade), coletada no perinatal, bem como por sexo (masculino e feminino) e cor da pele autorrelatada (branco, preto e pardo). Indivíduos amarelos e indígenas foram excluídos da análise devido ao baixo tamanho amostral (3,9%). A mediana de consumo e o intervalo interquartílico (IIQ) foram descritos aos 15 e 22 anos e as prevalências de consumo diário foram apresentadas por grupos de ultraprocessados em cada uma das idades. Após teste de Wald para avaliação da interação entre sexo e cor da pele, as descrições das prevalências de consumo foram conduzidas por dupla estratificação.

Para avaliação das desigualdades, foi utilizada a Diferença Média Absoluta em Relação à Média (*Mean Absolute Difference from the Mean*- MADM). Intervalos de confiança de 95% foram estimados por meio de técnicas de *bootstrap*, visando maior precisão. Todas as análises foram realizadas com no software *Stata* versão 18.0 e o estudo foi aprovado pelo comitê de ética da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra analítica foi composta por 3.450 indivíduos, sendo 53,7% do sexo masculino; 65,5% autodeclarados de cor de pele branca e 47,4% filhos de mães com 5 a 8 anos de escolaridade. Entre os 15 e 22 anos, a mediana de consumo diário de AUP passou de 2 (IIQ: 1-4) para 5 (IIQ: 2-7). Nesse período, houve diminuição nas prevalências de consumo no grupo de bebidas adoçadas [(15 anos: 54,4% (IC95%: 52,7; 56,0); 22 anos: 47,2% (IC95%: 45,6; 48,9))] e doces [(15 anos: 64,1% (IC95%: 62,4; 65,6); 22 anos: 54,0% (IC95%: 52,4; 55,7))], e aumento nos grupos de lanches [(15 anos: 15,2% (IC95%: 14,0; 16,4); 22 anos: 19,8% (IC95%: 18,5; 21,2))] e laticínios [(15 anos: 18,7% (IC95%: 17,4; 20,0); 22 anos: 30,1% (IC95%: 28,8; 31,9)]. Já os grupos de salgadinhos e embutidos permaneceram estáveis ao longo do tempo.

Na análise estratificada por sexo e cor da pele, verificou-se que as desigualdades absolutas aumentaram em alguns grupos (Figura 1). Para bebidas adoçadas, as desigualdades se tornaram mais pronunciadas aos 22 anos, especialmente entre mulheres, com uma diferença superior a 7 pp (MADM: 7,4; IC95%: 5,2; 9,7), com uma maior prevalência entre mulheres autodeclaradas pretas em comparação às brancas. Entre mulheres brancas, houve redução no consumo de doces (MADM: 4,6; IC95%: 2,6; 6,7) e salgadinhos (MADM: 5,7; IC95%: 3,7; 7,6). Para lanches, as desigualdades permaneceram estáveis, embora o consumo tenha aumentado entre mulheres pretas e pardas. Já em relação aos laticínios, as

desigualdades desapareceram aos 22 anos, indicando maior homogeneidade entre os grupos de cor da pele.

Os resultados deste estudo evidenciam uma transição com padrões diversos no consumo AUP entre a adolescência e o início da vida adulta. O aumento do consumo corrobora outros estudos (LEVY et al., 2022; LOUZADA et al., 2023) e confirma a crescente penetração desses produtos na dieta brasileira. No entanto, os achados revelam que esse aumento ocorreu de forma distinta entre os diferentes subgrupos populacionais. O aumento das disparidades absolutas no consumo de bebidas adoçadas, particularmente entre mulheres pretas, merece destaque e aponta para a persistência de determinantes sociais que moldam escolhas alimentares. Esse padrão é consistente com a literatura que associa vulnerabilidades socioeconômicas e racismo estrutural a piores perfis de consumo alimentar (CANUTO et al., 2019; MALTA, MOURA & BERNAL, 2015). Em relação aos ultraprocessados, dados de estudos transversais realizados com adultos, apontam para uma menor prevalência de consumo desses alimentos por pessoas autodeclaradas pretas e pardas ou a ausência de diferença entre grupos de cor de pele (COSTA et al., 2023; MEDINA et al., 2019). No entanto, tal contraste em relação aos achados do presente trabalho sugere que a relação entre raça/cor e consumo de AUP possa ser dinâmica e não estável, sendo melhor capturada por desenhos longitudinais, os quais são capazes de identificar mudanças ao longo do tempo.

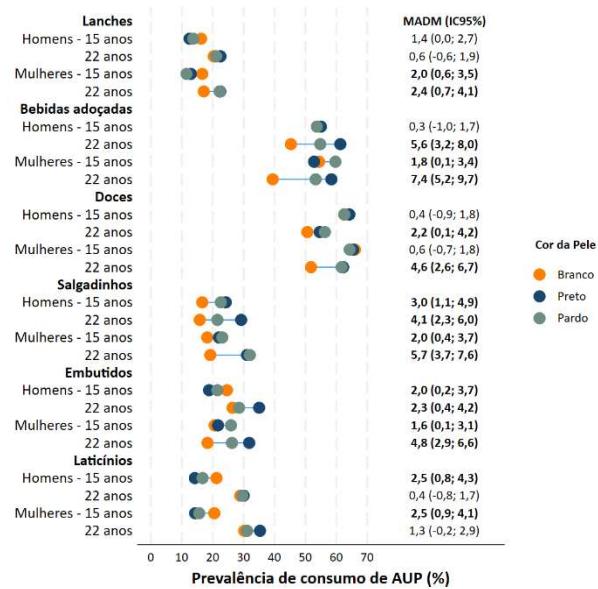


Figura 1. Prevalência de consumo de grupos de AUP aos 15 e 22 anos, de acordo com sexo e cor da pele. Coorte de Nascimentos de 1993, Pelotas- RS.

É importante destacar que o consumo alimentar é um comportamento complexo, influenciado pela interação de fatores culturais, de disponibilidade e de acesso aos alimentos. Dessa forma, a intersecção entre gênero e raça coloca as mulheres negras e pardas em uma posição de particular vulnerabilidade (COSTA et al., 2023). Nesse cenário, as ações publicitárias das corporações de ultraprocessados exercem papel importante na conformação de padrões alimentares, ao promover conveniência, praticidade e baixo custo como atributos desejáveis (MONTEIRO & CANNON, 2019). Essas práticas tendem a afetar de forma desproporcional grupos mais vulneráveis, entre eles as mulheres negras, que

enfrentam restrições estruturais de tempo, renda e acesso a alimentos frescos, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades no consumo alimentar.

4. CONCLUSÕES

Este estudo observou que o aumento do consumo de AUP na transição para a vida adulta ocorreu de forma heterogênea e desigual. A piora das disparidades no consumo, principalmente entre mulheres pretas, evidencia como determinantes sociais, como a estratificação social, baseada em cor da pele e gênero, moldam trajetórias alimentares desfavoráveis. Esses achados reforçam a necessidade de pesquisas que considerem avaliações em subgrupos, de modo a identificar desigualdades que poderiam permanecer ocultas em análises mais globais e reforça a importância de desenvolver intervenções equitativas e regular a indústria para proteger grupos vulneráveis.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANUTO, R.; FANTON, M.; LIRA, P. I. C. Iniquidades sociais no consumo alimentar no Brasil: uma revisão crítica dos inquéritos nacionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 3193–3212, 2019.
- COSTA, Janaína C. *et al.* Diferenças no consumo alimentar da população brasileira por raça/cor da pele em 2017–2018. **Revista de Saúde Pública**, v. 57, p. 4, 2023.
- LANE, Melissa M. *et al.* Ultraprocessed food and chronic noncommunicable diseases: A systematic review and meta-analysis of 43 observational studies. **Obesity Reviews: An Official Journal of the International Association for the Study of Obesity**, v. 22, n. 3, p. e13146, 2021.
- LEVY, Renata B. *et al.* Três décadas da disponibilidade domiciliar de alimentos segundo a NOVA – Brasil, 1987–2018. **Revista de Saúde Pública**, v. 56, 2022.
- LOUZADA, M. L. C. *et al.* Consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil: distribuição e evolução temporal 2008–2018. **Rev. Saúde Pública**, v. 57, 2023.
- LOUZADA, M. L. C.; GABE, K. T. Classificação de alimentos Nova: uma contribuição da epidemiologia brasileira. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 28, p. e250027, 2025.
- MALTA, D. C.; MOURA, L.; BERNAL, R. T. I. Diferenciais dos fatores de risco de Doenças Crônicas não Transmissíveis na perspectiva de raça/cor. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 713–725, 2015.
- MEDINA, L. P. B. *et al.* Desigualdades sociais no perfil de consumo de alimentos da população brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, p. E190011.SUPL.2, 2019.
- MONTEIRO, C. A. *et al.* Ultra-processed foods: what they are and how to identify them. **Public Health Nutrition**, v. 22, n. 5, p. 936–941, 2019.
- MONTEIRO, C. A.; CANNON, G. J. The role of the transnational ultra-processed food industry in the pandemic of obesity and its associated diseases: problems and solutions. **World Nutrition**, v. 10, n. 1, p. 89–99, 2019.